

REPRESENTAÇÕES DO OBJETO INDIRETO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Daiane Gomes Amorim

Mestranda em Letras pela
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Gessilene Silveira Kanthak

Professora da Universidade
Estadual de Santa Cruz – UESC

Resumo: O presente artigo aborda o comportamento variável do objeto indireto (dativo) no português brasileiro, enfatizando que algumas de suas representações não são previstas pela gramática normativa, tais como a *categoria vazia* e o *pronome tônico*. Para tanto, apresenta uma visão panorâmica dos estudos lingüísticos sobre o assunto e aponta algumas possibilidades para realização de pesquisas futuras.

Palavras-chave: Categoria vazia. Gramática normativa. Objeto indireto. Português brasileiro.

Resumen: En este artículo se describe el comportamiento variable del objeto indirecto (dativo) en portugués de Brasil, enfatizando algunas de sus representaciones no previstas por la gramática normativa, como la categoría vacía y el pronombre fuerte. Por lo tanto, se presentan algunos estudios lingüísticos acerca del tema y sugiere algunas posibilidades para la aplicación de futuras investigaciones.

Palabras-clave: Categoría vacía. Gramática normativa. Objeto indirecto. Portugués de Brasil.

Introdução

De acordo com a Nova Gramática do Português Contemporâneo, o objeto indireto (doravante OI) pode ser representado por: a) substantivo, b) pronome; c) numeral, d) palavra substantivada ou ainda por e) oração substantiva objetiva indireta. Todavia, estudos contemporâneos (Berlink, 1997; Cyrino, 1998; Silveira, 2000 e Cyrino, 2000) comprovam que o OI tem assumido comportamento variável no português brasileiro, uma vez que em amostras de fala se verificam realizações divergentes daquelas previstas pelas gramáticas normativas.

Como se observa, as gramáticas normativas estabelecem regras objetivando a utilização da língua em situações formais. Nelas não é possível a identificação de sentenças-modelo que contenham, por exemplo, expressões do OI na forma de categoria vazia ou de pronome tônico. No entanto, tais expressões são perfeitamente aceitáveis em situações reais de uso da língua.

Nesse sentido, torna-se indispensável o registro das diversas ocorrências do OI no português brasileiro (doravante PB), a fim de que estudos descritivos possam subsidiar análises comparativas entre os dados coletados e as construções previstas pelas gramáticas normativas, além de possibilitar análise de prováveis contextos que favorecem ou não o uso de determinada forma na posição de OI.

Portanto, é com base nos estudos descritivos que se pode detectar o comportamento variável do OI. Sendo assim, o presente artigo objetiva apresentar uma visão panorâmica das pesquisas relacionadas ao uso do OI no português brasileiro, destacando o tipo de abordagem considerada em cada estudo.

1 Revisão da literatura lingüística sobre o objeto indireto

1.1 Berlink (1997)

No trabalho intitulado "Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil", Berlink (1997) analisa as condições de ocorrência do objeto indireto no português brasileiro, a partir de dados de fala obtidos por

meio de entrevistas informais. Para a seleção de dados, foram consideradas as seguintes realizações do OI:

- (1) a. João deu o livro [*para/a*] *Pedro*. (sintagma preposicionado)
- b. João deu o livro [*para/a*] *ele*. (sintagma preposicionado)
- c. João deu-*lhe* o livro. (pronome clítico dativo)
- d. João deu o livro [*cv*]. (categoria vazia)

A análise desenvolvida enfatizou as ocorrências em que o OI possui valor anafórico (1b – d) e esclareceu que nos casos de [*cv*] o OI pode ocorrer com valor anafórico¹ ou com interpretação arbitrária².

Observou-se que, em expressões anafóricas do OI, a categoria vazia foi predominante (57%), seguida do pronome clítico (26%) e do sintagma preposicionado com pronome tônico (17%). Ao se considerar a pessoa gramatical, os resultados foram relativizados, pois com referente de 1ª e 3ª pessoa a [*cv*] é predominante, porém com referente de 2ª pessoa o clítico é que se destaca. Enquanto o pronome tônico se restringe às pessoas do discurso, o pronome clítico aparece preferencialmente com a 3ª pessoa gramatical.

Quanto ao papel temático [*meta*], a categoria vazia foi bastante expressiva. Em complementos com valor [*beneficiário*] e [*experenciador*] os clíticos alcançaram maior expressividade. No tocante ao tempo verbal, houve equilíbrio entre pronome clítico e categoria vazia no presente do indicativo. No pretérito perfeito e imperfeito do indicativo, a categoria vazia foi predominante enquanto no futuro do presente do indicativo verificou-se maior ocorrência de clíticos. Os dados analisados não revelaram associação exclusiva entre determinado aspecto verbal e certa representação do OI.

¹ Segundo Berlink (1997, p.1), o objeto indireto possui valor anafórico quando “se encontra numa relação de correferência com um elemento mencionado anteriormente”.

² A interpretação arbitrária do OI ocorre quando este “não se refere a uma entidade única e específica”. (idem)

Os resultados evidenciaram que a distância entre o antecedente e o complemento anafórico é determinante na alternância entre OI anafórico lexicalizado e OI representado por [cv], uma vez que, em construções cujo antecedente se localizava na oração imediatamente anterior, a [cv] obteve índice de ocorrência de 77%, comprovando a relação existente entre a quantidade de material fônico de cada expressão e seu grau de acessibilidade.

Verificou-se ainda que, nos casos de realização de categoria vazia com interpretação arbitrária, a análise da pessoa gramatical e da distância referencial não é pertinente. Em contrapartida, 84% dos casos de categoria vazia com interpretação arbitrária possuem valor semântico [meta]. Esses resultados ensejam a atribuição do papel temático [meta] como marca de contexto típico de categorias vazias com interpretação anafórica ou não, uma vez que estão em consonância com aqueles identificados em categoria vazia com valor anafórico.

De acordo com o estudo desenvolvido, o contexto mais significativo para a ocorrência de categorias vazias com interpretação arbitrária é marcado pelos fatores de tempo [presente (37%), pretérito perfeito do indicativo (34%), imperfeito do indicativo (13%)] e pelos aspectos verbais [habitual (33%) e pontual (34%)].

Em resumo, o estudo realizado por Berlink (1997) demonstra a relevância da categoria vazia como a forma mais freqüente de realização do OI, verificada nos dados analisados, apontando o papel temático [meta], os tempos verbais (presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo) e os valores aspectuais (pontual e habitual) como possíveis fatores condicionantes da [cv].

1.2 Cyrino (1998)

A partir da proposta de Dillinger et al (1996), Cyrino (1998) defende a importância de se estudar o fenômeno do objeto indireto nulo em línguas como o português brasileiro e o inglês, propondo análise de sentenças formuladas em ambas as línguas, como as que seguem:

(1) a. Did you receive a letter from your friend?

No, I received a card.

b. Did you give a flower to your teacher?

*No, I gave an apple.

(2) Você deu uma flor para sua professora?

a. Não, dei uma maçã.

b. Não, dei para a minha amiga.

Com base nas sentenças acima, Cyrino (1998) propõe que, dependendo do verbo, o objeto indireto nulo pode ocorrer em inglês. Em (1a), o objeto indireto é fonologicamente nulo e a construção é gramatical para o inglês. Todavia, em (1b) o apagamento do OI torna a sentença agramatical. Em (2), ambas as construções são perfeitamente aceitáveis, tanto o OI (2a) como o objeto direto (2b) podem ser fonologicamente nulos em PB.

A análise sugere que a possibilidade de ocorrer o objeto indireto nulo em inglês é determinada pela presença de verbos que **não** permitem *dative shift*, conforme os exemplos a seguir:

(3) a. Did you donate Money to charity? (*Did you donate charity money?)

No, I donated jewelry.

b. Did you distribute apples to children? (*Did you distribute children apples?)

No, I distributed candies.

Em PB, os dados orais analisados por Cyrino (1998) revelam que o objeto indireto nulo é mais abundante em contextos cujo antecedente possui

os seguintes traços semânticos: [-específico] (55,8%), [+animado] (59,7%) ou ainda quando agrupados os traços [-específico, + animado] (41,5%). Em construções com verbos que exigem dois complementos, 78,9% das ocorrências, cujo antecedente possuía os traços [-específico, +animado], correspondiam ao objeto indireto nulo.

A análise segundo o tipo de verbo revelou que 58,4% dos casos de objeto indireto nulo ocorreram com verbos bitransitivos. Quanto ao papel temático, constatou-se a predominância de [meta/beneficiário] para o objeto indireto nulo. Dentre outras observações, vale ressaltar que a pesquisa revelou também que o OI nulo é favorecido em elocuições realizadas em contextos formais.

1.3 Silveira (2000)

Silveira (2000), a partir de dados extraídos do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul), investigou as ocorrências do objeto indireto (dativo) realizado na forma de clítico (1) e na forma de pronome tônico (2), como se verifica nos exemplos abaixo:

- (1) a. Aí que me falaram que foi olho grande. (FLP 17)
- b. Tem guia também que fala um monte pra mim. (FLP 13)

Para a análise dos dados, foram considerados dois tipos de variáveis independentes: as lingüísticas (pessoa do discurso, transitividade verbal, realização ou não do objeto direto, papel do objeto indireto, forma verbal, tempo verbal e ordem) e as extralingüísticas (sexo, escolaridade e idade).

Observando a realização do OI segundo as pessoas do discurso, percebe-se que os clíticos ocorrem em maior abundância com a primeira e a segunda pessoa, enquanto o uso do pronome tônico é quase categórico em construções com a terceira pessoa do discurso, o que evidencia o desaparecimento dos

clíticos de terceira pessoa no sistema do PB. A transitividade verbal não apresentou resultados significativos ao estudo.

Quanto ao papel temático, Silveira (2000) salienta que, devido à presença marcante dos verbos *discendi*, ocorreu quantidade considerável de objeto indireto experienciador/cognitivo, sem o verbo-suporte, estando 32% representados por clíticos e 68% representados por pronome tônico.

Das construções com forma verbal composta, 38% dos objetos indiretos eram representados por clíticos enquanto 62% ocorreram com pronome tônico. Com a forma verbal simples, o pronome tônico se destaca (76%) seguido do clítico (24%). O uso do clítico é favorecido pelo tempo verbal pretérito perfeito (31%) e o pronome tônico pelo pretérito imperfeito do indicativo (85%).

No tocante à ordem verbal, o objeto indireto se realizou categoricamente como pronome tônico nas ordens V-OI e V-OD-OI e como clíticos nas ordens OI-V-OD e OI-V. Os fatores extralingüísticos não se mostraram relevantes à investigação proposta.

Em síntese, a análise desenvolvida por Silveira (1999) comprovou que as realizações do objeto indireto na forma de pronome clítico e de pronome tônico são coexistentes. Dos resultados analisados, 73% referem-se à utilização do pronome tônico em posição de objeto indireto, enquanto 27% representam a opção pelos clíticos na mesma posição. Os dados revelam, portanto, que, no PB, o uso da primeira construção é privilegiado se comparado ao uso da segunda.

1.4 Cyrino (2000)

Retomando dados codificados por Dillinger et al. (1996), Cyrino (2000) analisa as ocorrências dos elementos nulos pós-verbais no português brasileiro classificando-os, segundo a perspectiva teórica da gramática gerativa, como *elipse de VP (1a)*, *objeto direto nulo (1b)* e *objeto indireto nulo (1c)*, conforme os exemplos a seguir:

(1) a. João viu a Maria e Pedro também viu ____.³

b. João comprou o casaco mas não usou _____.

c. Maria deu o casaco para o mendigo e João deu o brinquedo_____.

De acordo com a classificação supracitada, os elementos nulos pós-verbais não são homogêneos. Em (1a), há elipse de VP, uma vez que o mesmo verbo é utilizado nas duas orações formando a sentença. Em (1b) os verbos são diferentes e nota-se a ausência do objeto direto do segundo. Em (1c), o objeto indireto do verbo não é realizado fonologicamente.

Cyrino (2000) assume que o PB também possui *elipse de VP* e que condições de ocorrência do fenômeno em questão nesta língua são as mesmas identificadas no português europeu (Cf. Matos,1992), a saber: presença de advérbios de denotação predicativa (2a) e identidade entre os verbos licenciadores.

(2) a. Maria tinha atribuído as culpas do desastre ao motorista e a Teresa também tinha (atribuído) [____]

b. O João compreendeu a situação antes que todos os outros tivessem compreendido [____]

A autora enfatiza que, dentre os elementos nulos pós-verbais identificados no PB, o objeto direto nulo é o mais estudado. Todavia, a dificuldade de classificá-lo como elemento pronominal nulo (*pro*) reside no fato de não se identificar consenso nas propostas de licenciamento/identificação apontadas pelas pesquisas realizadas até o momento. Com relação ao objeto indireto nulo, Cyrino (2000) retoma a análise proposta em Cyrino (1998)

³ Os elementos fonologicamente nulos aqui são representados como “_____”.

(Cf. seção 1.2 deste artigo), salientando a necessidade de se desenvolverem pesquisas voltadas à compreensão do fenômeno OI nulo no português brasileiro.

2. Considerações finais

Dentre as várias representações do objeto indireto verificadas nos trabalhos revisados neste artigo, duas merecem destaque: a categoria vazia e o pronome tônico. Ambas as realizações citadas não são previstas pela gramática normativa, entretanto, são comumente utilizadas e compreendidas pelos falantes do português brasileiro.

Apesar de os trabalhos, aqui revisados, evidenciarem o uso recorrente de outras estratégias de realização do OI no PB, percebe-se a dificuldade de se identificarem as condições que favorecem tais realizações, uma vez que os fatores abordados nessas pesquisas pouco são comuns entre si.

Por outro lado, é válido salientar que os resultados referentes ao objeto indireto nulo (ou categoria vazia) são instigadores. Há muito que se pesquisar. Os fatores lingüísticos e extralingüísticos considerados pelas investigações, aqui apresentadas, constituem, na verdade, uma tentativa de identificação do contexto que favorece determinada forma de realização do OI e não esgotam as possibilidades de análise do complemento verbal em questão. Daí a necessidade de se realizarem novas pesquisas considerando também amostras de língua escrita e acrescentando fatores ainda não contemplados pelos estudos realizados.

3. Referências

BERLINK, R. de A. (1997). *Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil*. In: Anais do II Encontro do CELSUL (Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul). Florianópolis:UFSC.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. (2001). *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CYRINO, S.M.L. (1998). *O objeto indireto nulo no português brasileiro*. In: Signum – Estudos da linguagem. nº 1, Londrina.

_____. (2000). *Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo*. In: Maria Helena de Moura Neves. (Org.). Gramática do Português Falado. 1a ed. Campinas: Editora da UNICAMP.

DILLINGER, M. et al. (1996). *Padrões de complementação no Português Falado*. In: KATO, M. (Org.) Gramática do Português Falado, v. V, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESB.

SILVEIRA, Gessilene. (2000). *A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis*. Letras de Hoje, v. 35, n.º 1, Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 189-207.